COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.058, DE 2003

“Altera a redação do § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, fixando o foro para reclamação trabalhista quando for parte agente ou viajante comercial.”

Autor: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Relator: Deputado MAURÍCIO RANDS

I - RELATÓRIO

Trata-se de iniciativa da Comissão de Legislação Participativa com o objetivo de determinar o foro para reclamação trabalhista, quando for parte agente ou viajante comercial. A teor do projeto, a competência nesse caso será “da Vara do Trabalho da localidade em que o empregado tenha domicílio, ou da mais próxima, e, na falta, da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado”.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Vê-se que foram respeitadas as disposições constitucionais relativas à propositura e tramitação do projeto, sendo competência da União legislar sobre matéria processual trabalhista (CF, art. 22, I). É também atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Quanto à constitucionalidade material, ressaltamos que a providência proposta harmoniza-se com o princípio da proteção judiciária (CF, art. 5º, XXXV) ao privilegiar o domicílio do empregado – parte mais fraca na relação de trabalho – como foro para o julgamento de ações trabalhistas. Como bem apontado no parecer da Comissão de mérito, “a fixação de foro pode configurar burla [ao citado] princípio constitucional, se se transforma em obstáculo ao acesso à prestação jurisdicional do Estado, impondo ônus que dificulte, por exemplo, o deslocamento do empregado a outro município para defender seus direitos”. O texto proposto, portanto, concretiza disposição constitucional da maior relevância.

Nada há a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 1.058, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado MAURÍCIO RANDS
Relator